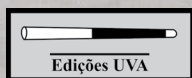


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano



Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019



Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222

sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado

Carlos Augusto P. dos Santos

Isorlanda Caracristi

Nilson Almino de Freitas

Regina Celi Fonseca Raick

Telma Bessa Sales

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa

Passeio público, Fortaleza, 1919

Catálogo na publicação

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Reitor

Fabiano Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo

Ana Iris Tomás Vasconcelos

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Claudia Goulart de Abreu

Eneas Rei Leite

Francisco Helder Almeida Rodrigues

Israel Rocha Brandão

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Maria Adeline Monteiro da Silva

Maria Amélia Carneiro Bezerra

Maria José Araújo Souza

Maria Somália Sales Viana

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Raquel Oliveira dos Santos Fontinele

Renata Albuquerque Lima

Simone Ferreira Diniz

Tito Barros Leal de Ponte Medeiros

Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019.
294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8

ISBN: 978-85-9539-035-5

DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.

I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

Caubi Alves Braga

Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreau-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145

Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

Alan Silva de Moraes

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

Maria Deiziane Lino

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groaírense / 205

Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

Cleane dos Santos de Medeiros

Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

Valério Samaronni Moraes de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História.

À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíamos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos espacialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore¹, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiraram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

¹ *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915)

Pedro de Souza Filomeno Filho¹

Introdução

Pensar sobre a migração populacional no final do século XIX e início do século XX é refletir sobre o processo de constituição da população numa sociedade, pois neste momento as configurações sociais e culturais se alteram, ordenando grupos urbanos com a intenção de organizar e disciplinar o trabalhador nessa nova nação, agora republicana. Ao estudar as migrações causadas pela seca e também por circunstâncias políticas, devemos perceber o cenário desses migrantes, este ambiente repleto de questões políticas e de interesses relacionados ao poder.

Deste modo, é preciso entender que essa migração interna que houve no Brasil não deve ser analisada apenas como deslocamento populacional, é o que debate Viviane Lima de Moraes:

Devemos nos pautar na análise da dialética da expulsão e constituição de uma população participe de um processo de reconfiguração dessa sociedade. Isto no momento em que surgem importantes modificações técnicas, sociais e culturais, ordenando núcleos urbanos com fazeres e viveres próprios, articulados à intenção de organizar e disciplinar um pretendido trabalhador nacional².

Relacionando política e seca, entende-se que até a estiagem de 1877, as secas frequentavam a zona de calamidade pública, porém, a partir desse momento, as secas adquiriram novas funções. Pois, o partido liberal do Ceará liderado pelo Senador Pompeu, começou a utilizar as secas para a construção de empreendimentos públicos em troca de ações assistencialistas, observamos a proposição de José Weyne de Freitas Sousa:

Em 1878, segundo ano da dita grande seca, o aliado político de Pompeu, o senador Sinimbú, dirigiu uma mensagem a D. Pedro II com um decreto em anexo, no qual tornava oficial o aproveitamento da mão de obra disponível para a realização de

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

² MORAIS, Viviane Lima de. Representação do migrante: o cearense e a questão do nomadismo no século XIX. *Projeto História*, São Paulo, 27, p. 269-282, dez. 2013, p. 269.

obras públicas. Para a consecução desse projeto houve a aprovação de recursos utilizados para socorrer os desvalidos com alimentos e trabalho. O importante nisso tudo foi que se incluiu uma nova modalidade de socorro: o socorro público indireto. Já havia o socorro direto, mas a partir de 1877 o socorro indireto se tornou uma contrapartida para o socorro direto³.

Neste caso, observamos os migrantes oriundos das secas no Ceará oitocentista e sua transição ao período republicano, analisando as estratégias de medidas de controle e direcionamento de suas ocupações.

A proposta do Senador Sinimbú

56 | Em 1878, o senador Sinimbú propõe utilizar as secas como forma de alo-
car os flagelados em obras públicas e ofertar socorro a partir do trabalho ge-
rado na seca de 1877, uma seca de grandes proporções. Esta proposta incen-
tivou a migração de um grande contingente populacional oriundo do sertão,
indo em direção aos socorros públicos planejados no litoral. Isto explica a
intensa movimentação para o litoral nesta seca, diferente de outras, resul-
tando além do abandono de domicílio de milhares de pessoas, chegando ao
objetivo planejado de um projeto político encabeçado pelas elites cearenses,
intimamente ligadas ao Partido Liberal, visando à equiparação, no que se re-
fere ao progresso material, das províncias do Norte em relação às províncias
do Sul (SOUSA, 2009).

Durante a seca de 1877-1879, houve a implantação do projeto de desen-
volvimento econômico para o Norte, elaborado pelo Senador Pompeu, pau-
tando-se no objetivo de equiparar o Norte ao Sul, para diminuir as diferen-
ças entre as duas regiões, diferenças estas, sobretudo ideológicas:

Assim, antes de 1877 a principal diferença entre o Norte e o Sul, não era econômica, mas política, pois com a queda o que havia era diferenciação política. Com a queda do Ministério Zacarias resultante do desentendimento entre o político baiano Zacarias de Góes e Vasconcelos e o Imperador D. Pedro II, teve início em 1868 o gabinete conservador do Visconde de Itaboraí. Essa mudança repercutiu nos cenários políticos locais favorecendo os conservadores e eclipsando os liberais. Capistrano de Abreu anotou que Zacarias até o fim da vida não perdeu ocasião para “lacerar ou morder D. Pedro II”. O Imperador por sua vez, acrescentou em tom de ironia, somente chamou os liberais ao poder apenas depois de ‘Zacarias bem enterrado no cemitério do Catumbi’. (ABREU, 1998: 432-445). De fato,

³ SOUSA, José Weyne de Freitas. Política e seca no Ceará (1869-1905). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza, p. 2.

durante esse período os políticos liberais amargaram o ostracismo de dez anos, até que em 1878 assumiu um ministério liberal presidido por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbuá⁴.

Dessa maneira, alocar os flagelados nessas construções era algo que se somava a esta proposta de desenvolvimento da região. No entendimento de Sousa: “No Ceará o esforço político de transformar a seca de 1877 numa ‘grande seca’ foi o marco divisório entre as duas regiões do país, no que concerne ao território e a organização política. Com isso, os interesses locais e imediatos se sobrepuseram aos interesses nacionais”⁵.

O que propiciou também intensas e violentas disputas eleitorais entre as duas regiões. Situações que muitas vezes eram resolvidas em emboscadas e na pistolagem, recursos comuns entre os dois lados.

As ideias de André Pinto Rebouças para o combate da seca e desenvolvimento regional

André Pinto Rebouças foi um engenheiro conhecido pelo seu viés liberal, tendo atuado no movimento abolicionista na década de 1880. Ele também foi responsável por pensar ações voltadas para os trabalhadores no período de secas da região. | 57

Durante sessão extraordinária, realizada no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1877, em que foram discutidas medidas para solucionar o problema da seca, entre engenheiros da então Corte brasileira, homens de classe política, integrantes da nobreza local, e curiosos interessados no debate, colocou-se em pauta a implantação do “plano Gabaglia”⁶, que significava:

[...] a construção de açudes, estradas, portos e de ações de re-florestamento do já então falecido Giacomo Raja Gabaglia, topógrafo da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará em 1859, cujas propostas eram então as mais acreditadas como meios capazes de dar solução aos problemas das secas⁷.

⁴ *Id. Ibid.*, p. 3.

⁵ *Idem*, p. 3.

⁶ Giacomo Raja Gabaglia foi topógrafo da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará em 1859-1861, cujas propostas eram então as mais acreditadas como meios capazes de dar solução aos problemas das secas. Produziu artigos como ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da Província do Ceará.

⁷ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho* (1877-1919). Tese (História Social) - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 138.

Enquanto a maioria dos engenheiros na ocasião acreditava em medidas de combate à seca como:

[...] meio para se socorrer aos vitimados pelas secas seria o investimento em melhoramentos materiais que propiciassem a continuidade da produção sertaneja (através da criação de reservatórios de água em regiões apropriadas) e (por meio da construção de ferrovias e estradas distritais) garantissem o escoamento dessa produção, além de se permitir com que os socorros (segundo num sentido contrário) do litoral alcançassem o interior seco⁸.

André Rebouças apresentou proposições diferentes, afirmando que era necessário dar abrigo, alimentação, cuidados médicos, trabalho e salários para que os retirantes pudessem sobreviver a tal calamidade. Criando também postos de abastecimento que trariam para as regiões uma maior dinâmica econômica. Ele tinha uma estratégia para resolver o problema das secas: “Empregar as vítimas da seca em atividades industriais propiciadas pelos centros de abastecimento montados pelo governo para que, em seguida, fosse possível a reconquista do sertão, através de açudes, estradas e canais”⁹.

58 | Desde as proposições de André Rebouças, foram feitas muitas referências aos empreendimentos funcionarem como socorros públicos, trazendo a ideia de ocupar as grandes massas de retirantes, dando-os empregos em atividades úteis para o Estado¹⁰.

[...] pronta execução de vias férreas já estudadas na região flagelada pelas secas para dar trabalho e salário aos retirantes, desapropriação dos terrenos marginais dessas vias férreas para serem divididos em lotes e neles fixar os retirantes, executar obras de melhoramentos de portos marítimos e fluviais, notoriamente os de Fortaleza, Aracati, Natal e Cabedelo, aproveitando a mão de obra dos retirantes¹¹.

Percebe-se que André vislumbrava além de melhoramentos de cunho material, a formação de uma classe de trabalhadores que guiados por grandes empreendedores poderiam se tornar agentes em potencial para o desenvolvimento do país. Para ele, o trabalho gerado nas obras públicas e destinado aos migrantes funcionaria como uma caridade a estes grupos e um investimento para o governo.

Para Cândido, o engenheiro André Rebouças defendia que haveria grandes benefícios a partir dos investimentos governamentais promovidos ao so-

⁸ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes, *Op. cit.*, p. 139.

⁹ *Ibid.*, p. 140.

¹⁰ Ata da Sessão Extraordinária do Instituto Politécnico, em 18 de outubro de 1877. *Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro*, tomo XI, 1878. BN.

¹¹ REBOUÇAS, André, 1878, p. 28, *apud* CÂNDIDO, *Op. cit.*, p. 141.

corro dos retirantes da seca. Obras como a construção de ferrovias, açudes, portos, e a futura alocação de retirantes em fábricas de beneficiamento e oficinas levariam a uma recuperação do sertão, influenciariam em uma alteração significativa das condições sociais. Ele acreditava que esse seria um passo para um processo mais amplo, imaginando em sua concepção a construção de uma “democracia rural”¹².

Em síntese, pelas ideias de André Rebouças, “iniciaram-se as estratégias de organização das grandes obras de socorros públicos enquanto meios de se empregar em trabalhos úteis as imensas massas de retirantes”¹³.

A mudança de regime e a manutenção da política de socorros

Durante a seca de 1888-89, três obras foram as mais difundidas, sejam pela imprensa ou em ofícios, relatórios e discursos parlamentares, como grandes centros de contenção de sertanejos: os prolongamentos das ferrovias de Baturité e de Sobral e a construção do açude de Quixadá. Diferente do momento anterior de seca, as estações não estavam mais se constituindo no litoral, agora já se encaminhavam para o centro do estado, o que evitaria que os miseráveis chegassem à capital, pois seriam destinados a esses serviços de prolongamento.

Tendo em vista que a Estrada de Ferro de Baturité já havia sido concluída de Canoa a Baturité nos anos 1882, então deveria no momento seguir até o ponto de Quixadá. Já a Estrada de Ferro de Sobral na época tinha como traçado inicial a ligação do Porto de Camocim a Sobral, e posteriormente deveria ir de Sobral até Ipú, na beira da Serra da Ibiapaba. Para o governo era extremamente importante a realização das obras de Baturité, pois possibilitaria grande produção algodoeira, e os lucros seriam superiores aos gastos, sem falar que aproximariam grandes centros de consumo, como Icó e Crato, do porto de Fortaleza. Benefícios também eram apontados na construção do açude de Quixadá, que influenciaria nas obras de irrigação mais modernas que beneficiariam os vales da região, visando o progresso com a construção do açude.

Pensando em solucionar problemas da estiagem de 1888-89, sendo eles: migrações, falta de alimentos, morte de animais, pessoas e a queda do comércio, foram colocados em prática estudos e propostas elaboradas por engenheiros na seca anterior, que naquele momento não haviam sido executadas plenamente, mas neste novo cenário já se via com mais clareza o objetivo dessas obras:

¹² REBOUÇAS, André. *A secça nas provincias do norte*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 53

¹³ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Op. cit.*, p. 146.

Se durante a seca de 1877-79 a importância das grandes obras de socorros públicos já havia sido ressaltada no sentido de serem instrumentos para o progresso econômico, agora esse caráter estratégico das obras públicas ganhava contornos mais bem definidos: a EFB, a EFS e o açude de Quixadá em conjunto funcionariam como poderosos artefatos para afastar definitivamente a miséria do horizonte de expectativas do Ceará¹⁴.

A estratégia de socorro aos retirantes durante a seca de 1888-89 pode ser entendida a partir de sua principal característica, a larga escala de obras públicas como caminho para conter e alimentar os migrantes no Ceará. Já nos meses finais desta seca, uma nova dinâmica migratória entrava em cena, os próprios migrantes circulavam em busca de novos locais de trabalhos, procuravam novas obras para se ocuparem e receberem o socorro.

A mudança de regime em 1889 não modificou em linhas gerais a política de controle sobre os retirantes por meio do emprego em obras públicas. Comprovação disto é que o governo republicano deu continuidade às obras de socorro que vinham ocorrendo desde as últimas secas:

Um aviso oficial de 19 de novembro de 1890 expunha, nesse sentido, a resolução do governo federal em prolongar a Estrada de Ferro de Baturité até a cidade do Crato, autorizando o início imediato dos estudos preparatórios para o avanço da linha. A retomada da construção do açude de Quixadá, após paralisação por alguns meses decorrente do afastamento do engenheiro Jules Revy, seria autorizada através de uma portaria de 18 de março de 1890, aprovando novas instruções para as obras, agora sob a direção do engenheiro Ulrico Mursa¹⁵.

No decorrer do período republicano, o governo federal passou a executar parte das ações propostas pela Comissão Imperial, como a criação de instituições federais que buscassem soluções, em vez das comissões imperiais, o que significou um forte progresso na busca de soluções para o problema. Um dos grandes marcos do período republicano foi o estabelecimento da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909¹⁶.

Desde o início do período houve uma preocupação mais efetiva sobre a funcionalidade destas obras, pensando em reduzir os prejuízos causados por muitas interrupções que ocorriam durante as construções, como o adiamento dos benefícios que a obra traria, desperdícios de materiais e a dispensa de

¹⁴ *Id. Ibid.*, p. 166.

¹⁵ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes, *Op. cit.*, p. 172.

¹⁶ CAMPOS, José Nilson B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 82, n. 28, p. 65-88. 2014.

trabalhadores já estabilizados em uma área. Tal queixa é registrada em ofício¹⁷ pelo engenheiro Ernesto Antonio Lassance Cunha, diretor da Estrada de Ferro de Baturité, em 25/08/1891.

Em 1891, a estação das chuvas decepcionou, aparecendo tardiamente e fraca, o que prejudicou o prolongamento da estrada de Baturité, mas também serviu como um alerta para o governo, que buscou a partir daí se antecipar a este tipo de acontecimento se prevenindo de gastos em obras incompletas e pensando em recursos para lidar com os retirantes vindos nas futuras estiagens.

Os primeiros anos da década de 1890 apresentaram significativos avanços nos serviços de socorro nas obras públicas no Ceará:

No açude de Quixadá – onde durante a seca de 1889 havia sido concluída uma estrada de acesso desde Canoa, erguidos edifícios para oficinas, depósitos e abrigos para operários, perfuradas diversas cacimbas e preparado o grande alicerce (de 16 metros de largura) da parede central – teria nos anos seguintes levantado suas quatro barragens e dois sangradouros, para os quais turmas de trabalhadores de duas pedreiras enviavam rochas através de troles que circulavam constantemente por linhas férreas paralelas estendidas até a parede central. A via férrea de Baturité também avançaria em sua extensão naqueles anos, inaugurando diversas estações nos 47 quilômetros entre Quixadá e Quixeramobim e, logo em seguida, nos 57 quilômetros desde aquele ponto até Humaitá¹⁸.

|61

A seca nos anos 1900

O ano de 1900 parecia surpreender por um elevado número de chuvas logo no início e pela reserva de água ainda acumulada nos açudes, mas até aí não se sabia que este seria o ano do século XIX de estiagem mais intensa no que diz respeito a ausência de chuvas.

Nesse sentido, passa-se a questionar o governo federal na pessoa de Campos Sales, aparentemente mais preocupado em investir verbas do tesouro nacional na cafeicultura paulista do que nas obras de socorro no Ceará. Cândido aponta que alguns anos depois de toda a euforia causada pela República, voltava à cena certo saudosismo pelo tempo do Império, período em que supostamente não havia restrição de verbas para o amparo de miseráveis. Ocorreu certa pressão sobre o governo ter esquecido as ajudas que deveriam ser destinadas ao Ceará.

¹⁷ Arquivo Nacional. Ofício de 31/08/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República.

¹⁸ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes, *Op. cit.*, p. 174.

Contudo, apenas em novembro daquele ano são iniciadas as obras de socorro com verbas oficiais. Sendo “elas as obras de construção dos açudes de Quixadá, do Riacho do Panta (Baturité), Acaraú-Mirim, Papara (Maranguape), Jordão (Sobral) e Acarape do Meio”¹⁹. Ainda assim, insuficientes para empregar toda a demanda gerada de migrantes.

Com a chegada do ano de 1901 e suas chuvas, o governo federal suspende os recursos para as obras de socorro, parando ou reduzindo os trabalhos nos açudes Riacho do Panta e Papara, e no reservatório de Quixadá.

Entende-se que, a partir disso, as obras de socorro nos anos 1900 exercem um papel de menos força do que em anos anteriores, no que tange ao controle dos retirantes. Os pobres que não migraram para outros estados foram auxiliados por instituições beneficentes, como o Centro Cearense, em Fortaleza, sendo auxiliado em sua manutenção pelas Senhoras da Caridade²⁰. No entanto, esse período é imprescindível para se entender melhor os mecanismos de controle dos retirantes.

62 | Nesse contexto, naquele momento existia a necessidade de sistematizar serviços relacionados aos socorros, como ter um plano de serviços. Nas primeiras décadas do novo século, pensou-se diretamente sobre aprender com as experiências do passado, para evitar erros muitas vezes cometidos em situações de emergência. Várias propostas foram postas em análise para se pensar na melhor aplicação dos recursos nas obras, para que trouxessem soluções reais para os problemas da estiagem.

Apesar de que nesse recorte não tenham ocorrido secas como a de 1877 e 1915, o período entre os séculos foi recheado de anos de estiagens graves, registradas nos anos de 1898, 1900, 1902, 1903 e 1907. Anos marcados por chuvas escassas e fome, sinais que pareciam avisar sobre uma estiagem mais forte nos anos seguintes, o que provocou a cobrança de providências ao governo, pautando um serviço de socorro permanente:

Foi nesse contexto que o governo federal ordenou que a Comissão do Açude de Quixadá se constituísse em Comissão de Açudes e Irrigação, dedicada ao estudo e planejamento de obras de construção de represas pelos territórios secos do Ceará e estados adjacentes. O principal objetivo dessa comissão seria o estudo para a reparação dos açudes já construídos, além do planejamento de novos reservatórios²¹.

A partir disso, começou-se a pensar que uma solução para os problemas das secas só poderia estar associada ao acesso que as populações do interior

¹⁹ *Id. Ibid.*, p.176.

²⁰ TEÓFILO, Rodolfo. *Seccas do Ceará (segunda metade do século XIX)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

²¹ CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes, *Op. cit.*, p. 179.

tivessem à água. “Era a consagração do que ficaria conhecida como a ‘solução hidráulica’ aos problemas das secas”²². Durante a existência da Comissão de Açudes e Irrigação e, em sequência, durante os primeiros anos da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), as ações desses órgãos empenharam-se nos serviços de perfuração de poços e construção de represas.

Tendo sido a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) um instrumento importante para a obtenção de recursos da parte das classes dominantes nortistas, estabeleceu-se o que ficaria conhecido como a “indústria da seca”, revelando na prática essa prevalência de critérios técnico-científicos para o prosseguimento das obras de socorros públicos, não estava tão dissociada dos jogos de poder e disputas sociais em curso (CÂNDIDO, 2014).

O primeiro grande pensador na formulação e aplicação da construção da infraestrutura hidráulica foi o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, superintendente da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Em discurso no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1913, expressou seu entendimento da complexidade do problema das secas, ao afirmar:

Seca, no rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, seria simplesmente o problema da água, isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais complexa. Com efeito, o fenômeno físico da escassez de chuva influi no homem pela alteração profunda que dela decorre para as condições econômicas da região, que por sua vez se refletem na ordem social. Assim encarada a seca é um fenômeno muito vasto tanto de natureza física quanto econômica e social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há um problema, há problemas²³.

63

Grande parte desse período, que se estende desde a constituição da Comissão de Açudes e Irrigação em 1903 até o início da grande seca de 1915, passando pelo momento da criação da IOCS em 1909, pode ser entendido como um momento de grandes acúmulos de saberes sobre o fenômeno das secas e elaborações de diversos projetos para a construção de obras de socorros públicos, que viriam para minimizar os efeitos das secas.

Considerações finais

Em um cenário de seca, fome e desespero a população carente do Ceará se encontrava no final do século XIX e início do XX. Retirantes em busca

²² *Id. Ibid.*, p. 180.

²³ *Id. Ibid.*, p. 180.

de sustento, vivendo em um período em que a concepção da força poderia ser medida através dos que resistiam ou não à seca, em que os mais fortes sobrevivem, temos em observação uma síntese do darwinismo aplicado à calamidade causada pelas estiagens e pelas políticas públicas Ceará.

Com as migrações observamos um fenômeno de aumento da população, que faz com que a miséria cresça ainda mais, através do aumento de preço de produtos, segundo as ideias de Sousa. E nessa circunstância, a solução encontrada pelos governos é empregar a demanda de trabalhadores disponível “em obras públicas com milhares de sertanejos empregados em serviços como a construção de açudes, pontes e estradas de ferro”²⁴.

Percebemos o favorecimento do estado em se valer da mão de obra alocada nas obras de socorro espalhas pelo Ceará e cujas regiões foram citadas neste trabalho, população esta que durante muitos meses viveu da distribuição diária de farinha, que era insuficiente comparada às necessidades da população naquele momento.

As medidas de socorros com as obras públicas eram apresentadas como meio eficaz de amparo aos retirantes, sendo uma forma de controlar as constantes migrações e desaglomerar multidões desesperadas que passavam a ocupar os centros urbanos e ordenar as massas sertanejas. Mantendo-as dentro dos parâmetros da elite política é possível entender as proporções da calamidade e demonstrar a profundidade da política de socorro aos flagelados através do trabalho durante a seca. Num cenário em que as obras eram incapazes de ater com salários dignos, enormes grupos de retirantes eram deixados sem rumo nas estradas pela própria seca.

²⁴ SOUSA, José Weyne de Freitas. Política e seca no Ceará (1869-1905). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009. Fortaleza, p. 7.

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355